

A Cepal e o debate sobre o desenvolvimento Latino-americano – uma introdução

Autor: Saylor Alves Pereira¹

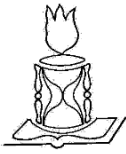
1º semestre/ 2017

Texto Teórico

Resumo: Por que os países da América Latina são pobres enquanto os países da Europa e Estados Unidos são ricos? De que forma os países latino-americanos podem superar as dificuldades econômicas e sociais que possuem? Quais as características dessas dificuldades? Foram perguntas como essas que motivaram a criação da Cepal em torno dos anos 1950 – Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina –, cujo objetivo era entender a condição e características dos países do terceiro mundo e propor alternativas para que pudessem alcançar o desenvolvimento. Enfrentando com profundidade esse desafio, a Cepal produziu importantes diagnósticos, até então desconhecidos, sobre o funcionamento das dinâmicas econômica locais, regionais e globais, bem como dos seus efeitos sobre os países do terceiro mundo; que reorientaram as práticas adotadas por esses países e também os fundamentos do pensamento econômico e social vigente à época. Tais contribuições criaram uma nova agenda de pesquisa, metodologias e também novas perspectivas que produziram efeitos tanto no planejamento econômico dos países, quanto na produção intelectual da teoria econômica e social sobre a realidade do subdesenvolvimento. As ciências sociais também sofreram influência direta desse processo, constando no rol de interlocutores das teorias cepalinas importantes sociólogos, que colocaram o desenvolvimento como um dos importantes objetos de estudo da sociologia. Dai a importância de conhecer um pouco da história e dos principais conceitos que estruturaram o pensamento da Cepal e marcaram uma inflexão e contraponto histórico aos pressupostos da teoria econômica e social da época de sua criação.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Cepal, Sociologia Econômica, Subdesenvolvimento.

¹ Graduado em Direito e Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Mestre em Direito e Desenvolvimento na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.



1. Introdução

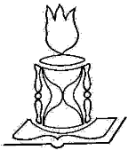
Um dos importantes conceitos da obra de Weber é o “*desencantamento do mundo*”, que dentre seus muitos significados², pode ser entendido como a prevalência do racionalismo e cientificismo em relação às teorias fundadas em elementos mágicos e místicos; paralelamente convivendo e concorrendo com o pensamento científico da época do autor. Em outras palavras, a ideia de “desencantar o mundo” traz consigo a busca por entender os verdadeiros fundamentos da natureza e das sociedades, que permitissem compreendê-las e explicá-las com base no conhecimento científico e não em explicações sobrenaturais impossíveis de serem compreendidas pelo intelecto.

O esforço de Weber foi, em nome do progresso científico, trazer as capacidades humanas para as relações intramundanas, visando superar qualquer aspecto místico que pudesse ser conflitante com os preceitos do pensamento racional material científico – na época, a noção de ciência como conhecemos hoje ainda estava em construção, e muitos dos fenômenos observados na natureza ou na sociedade eram explicados por fundamentos mágicos, tradições, religião, etc.

Da mesma forma, Gaston Bachelard, em *A formação do espírito científico* (1996), dividindo as etapas do pensamento científico em três grandes fases – pré-científica, científica e novo espírito científico –, procurar demonstrar como o senso comum e a experiência da vida foram fases importantes do conhecimento, mas que a ciência deve buscar superar o que chamou de “*vestígios de alquimia*” – conjuntos de argumentos não comprovados cientificamente, mas que são mobilizados fundamentar “lacunas” das experiências empíricas ainda não totalmente conhecidas pelos estudiosos –, que ainda possam estar presentes no pensamento científico. O autor usa essa analogia refletindo como a química, por muito tempo, ficou entre a ciência e o misticismo; dado que algumas de suas descobertas resultaram de experiências empíricas realizadas por alquimistas, mas ainda explicadas por meio de referências sobrenaturais.

A despeito do atual estágio da ciência contemporânea, ainda é necessário uma atitude vigilante acerca das preocupações desses autores em diversos campos, sobretudo, no que se refere às dinâmicas sociais e das disciplinas que buscam

² Sobre os diversos significados do conceito de desencantamento do mundo na obra de Weber ver Pierucci, 1998.

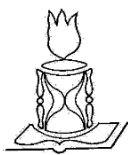


entendê-las; reafirmando a necessidade de reflexão crítica sobre as ideias tomadas como certas e, principalmente, sobre sua transmutação em ações para a consecução de determinados objetivos.

Em alguns campos como a economia política, disciplina cujo cerne são as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens e o funcionamento dos sistemas econômicos e as leis que os regem; há sempre um debate intenso acerca dos pressupostos, metodologia e dados que fundamentam as teorias, existindo, em função desse debate, diversas escolas de pensamento – clássico, neoclássico, keynesiano, marxista, liberal, neoliberal, etc. –, que disputam entre si a hegemonia de acordo com sua capacidade de explicação e predição das dinâmicas econômicas. Nesse sentido, quanto mais hegemônica é uma teoria, mais ela orientará as práticas dos agentes públicos e privados, que adotarão seus pressupostos no planejamento de suas ações.

Muitas dessas teorias, especialmente quando dirigidas aos países subdesenvolvidos com vistas a promover seu desenvolvimento – como o Brasil –, parecem repletas dos tais “*vestígios de alquimia*”; pois além de marcadas por evidências empíricas parciais e inferências questionáveis, são espelhadas nas dinâmicas e realidades dos países desenvolvidos, cuja trajetória utilizada para “chegar lá” – ou seja, o caminho que trilharam para se tornarem desenvolvidos – não pode ser reproduzida novamente (Chang, 2004).

A busca por desvelar esses “vestígios de alquimia” no campo da economia política foi exatamente uma das contribuições da Cepal – Comissão Econômica para América Latina –, criada em 1948 com o objetivo de entender o fenômeno que, posteriormente, veio a ser denominado de subdesenvolvimento; representando a situação de pobreza, miséria e de baixo desempenho econômico experimentado pelos países da América Latina. A Cepal, enfrentando muitas outras teorias e pressupostos da organização econômica internacional à época, produziu diagnósticos e orientou práticas para os países da região, que cumpriram um papel importante nas mudanças experimentadas nos 50 anos seguintes, além de também representar uma inflexão ideológica em face das teorias econômicas mais tradicionais para os países subdesenvolvidos.



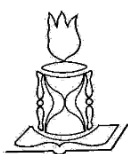
2. A Cepal e o desafio de entender o subdesenvolvimento Latino-americano

2.1. Os “vestígios de alquimia” no debate econômico: breves notas sobre o momento contemporâneo e a importância da economia política

O debate atual acerca dos consensos que devem nortear as práticas econômicas dos países é marcado por muitas incertezas, que tem seu centro gerador na crise de 2008. Esta se mostrou um ponto de inflexão – ou talvez até mesmo o fim – de um momento anterior na qual havia certa convergência nas análises acerca de que tipos de práticas deveriam ser adotadas pelos países para a promoção de seu desenvolvimento, que responderia de forma adequada às exigências e dinâmicas da economia mundial. Esse momento ocorreu por volta de 1989 e é chamado de *Consenso de Washington*.

O Consenso de Washington tinha como diagnóstico que o baixo crescimento da economia mundial no período era resultado do excesso de participação do Estado nas economias, impedindo os mercados de se desenvolverem. Em outras palavras o diagnóstico era que o Estado deveria deixar espaço para a iniciativa privada e atuar apenas como um *agente regulador* dessa dinâmica do mercado, ou seja, criar um ambiente com regras e recursos adequados para o bom desenvolvimento das atividades privadas. Para isso seria necessário promover diversas reformas – o que significa modificar a estrutura e organização dos Estados e da forma de organização de suas atividades – com vistas a permitir maior liberdade para os agentes privados.

Orientados pelo Consenso de Washington (1989) muitos países, inclusive o Brasil, promoveram uma série de alterações na organização dos Estados e, principalmente, na forma de condução das atividades econômicas. Com vistas a alcançar o desenvolvimento, os países passaram a adotar uma agenda de reformas que incluíam, principalmente, a proteção a direitos econômicos individuais; fortalecendo mecanismos de governança corporativa, garantias de patentes e regras de defesa da concorrência; reforma do judiciário e incorporação de novos códigos legislativos; e iniciativas de controle ao ativismo estatal; que combinavam



*accountability*³ do poder público com desregulação econômica (Trubek; Schapiro; 2012; Schapiro, 2010).

Vale lembrar que o período precedente no Brasil – que vai de 1950 até aproximadamente 1990 – é marcado por uma orientação diversa, com o Estado atuando como protagonista e lançando mão dos dispositivos de direito público para conduzir a economia e a política de forma ativa, fomentando o planejamento com vistas a atingir um principal objetivo: a industrialização - o chamado Estado desenvolvimentista (Trubek; Schapiro; 2012). Não por acaso, a característica desse período são os vários planos estatais como o Plano de Metas (1956-1961), Plano Nacional de Ação Econômica do Governo (PAEG–1964-1966) o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), o Plano Nacional de desenvolvimento (1972-1974), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 -1979), entre diversos outros⁴.

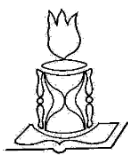
No Brasil, o principal resultado dessa nova concepção foi a chamada “reforma do Estado”, promovida no Brasil entre 1995 e 2002, cuja característica marcante foi a privatização das empresas estatais brasileiras e a criação de órgãos de regulação (Bercovici, 2005: 82). Sob o pressuposto de conferir maior eficiência e efetividade aos órgãos estatais, o Estado delegou ao particular a prestação de serviços públicos e atribuiu a si a função de controle e regulação dessas atividades através de diversos instrumentos regulatórios, especialmente, através das chamadas Agências Reguladoras Independentes, recém-criadas para tal fim (Bercovici, 2005: 82 a 84).

Apesar disso, por volta dos anos 2000, diante da não constatação dos resultados esperados pelas medidas do Consenso de Washington (1989), voltou à tona a discussão da intervenção estatal nas atividades econômicas, fortalecida recentemente pelas quase constantes crises financeiras que assolaram o mundo a partir de 2008. Obviamente, a experiência de momentos anteriores não permitiu o retorno do mesmo Estado desenvolvimentista do século passado, mas uma busca por articular, através de modernos e complexos arranjos institucionais e teorias, uma sinergia entre as atividades do Estado e mercado (Trubek, Schapiro; 2012).

Este exemplo, que sintetiza os debates relativamente recentes sobre o modelo de organização econômica que deve orientar as práticas dos Estados,

³ A palavra *Accountability*, em uma de suas acepções, pode ser traduzida como “responsividade”, que significa controle, transparência e possibilidade de responsabilização do poder público pelas suas ações.

⁴ Sobre os planos supracitados detalhadamente ver LAFER, 1975.



mobiliza diversos estudiosos que, a depender de sua posição, procuram formular teorias econômicas supostamente neutras cujo objetivo é nortear os rumos da economia global e as ações a serem tomadas pelos países. Assim, o que se pode dizer é que, atualmente, boa parte dos estudiosos que defenderam com afinco as medidas do consenso de Washington, agora busca entender quais os “vestígios de alquimia” que estavam presentes em seus estudos, com vistas a identificar com precisão as razões do fracasso.

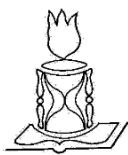
Tais fatos, presentes na experiência histórica recente, mostram que mesmo diante de aparentes consensos sobre o que estudiosos e organismos internacionais (como o Banco Mundial) consideraram medidas adequadas a serem adotadas pelos países para o desenvolvimento da economia mundial e de suas economias domésticas, a dinâmica social e econômica, tanto a nível global como local, é dotada de certa margem de imprevisibilidade, não sendo possível afirmar categoricamente que determinadas ações produzirão necessariamente determinados resultados. Em outras palavras, por trás de toda previsão e indicação de política econômica há sempre espaço para o debate acerca dos indicadores, metodologias e pressupostos que, a depender da forma como são mobilizados, podem produzir reflexões completamente diferentes.

São elementos como esses que constituem os “vestígios de alquimia” do nosso tempo que, em geral utilizando-se dos discursos e metodologias científicas, apresentam-se como reflexões neutras e técnicas; mas que se investigadas a fundo, podem revelar pontos de incerteza, indeterminação e até mesmo fundamentar-se apenas em pressupostos assumidos por seus interlocutores, estando muito distantes de representar uma validade universal, como costumam pleitear.

Apesar de ser ainda um debate contemporâneo, a busca por desvelar alguns desses “vestígios de alquimia” que orientavam a organização econômica dos países agora chamados subdesenvolvidos foi uma das mais importantes contribuições da chamada *Cepal* – Comissão Econômica para América-Latina –, nosso objeto de estudo.

2.2. Um retorno à história: o nascimento e a difícil missão da Cepal

A Cepal foi constituída em 1948, com o fim da Segunda Guerra Mundial, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947, vindo



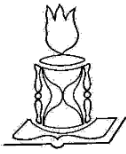
posteriormente a se tornar a maior fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana (Bielschowsky, 2010). Sua criação foi motivada pelas reclamações dos países latino-americanos, que foram excluídos do apoio concedido à Europa através do Plano Marshall – auxílio técnico e principalmente financeiro para a reconstrução econômica e social dos países devastados pela guerra. Enquanto a Europa estava em processo de reconstrução, sem o mesmo apoio financeiro e técnico, à América Latina restou a produção de um vasto corpo de conhecimento e reflexões sobre sua realidade, na expectativa de que tais conhecimentos fossem capazes de instruir o planejamento de ações concretas modificadoras das realidades desses países.

Basicamente, desde sua criação, a Cepal buscou responder a perguntas como: quais são as barreiras que impedem que os países da América Latina atinjam o mesmo desempenho de países desenvolvidos? Por que os países subdesenvolvidos (em geral países marcados pela pobreza) não conseguem se tornar desenvolvidos (países ricos)?

Por mais que o leitor possa ter uma série de respostas a essas perguntas, de acordo com algumas teorias que orientavam a dinâmica econômica global à época, esses elementos não se demonstravam tão claros – como ainda não se mostram nos dias atuais, pelo exemplo que vimos no debate contemporâneo –, frente à necessidade de compreender com exatidão suas características e sua composição, com vistas a nortear ações concretas eficazes para enfrentar os problemas.

Essas incertezas e inúmeras formas de investigação desses problemas colocavam as formulações produzidas pela *Cepal* em disputa com muitas outras teorias, que também enfrentavam o desafio de diagnosticar e oferecer soluções aos problemas da América-Latina. Em geral, essas teorias “rivais” eram informadas pelo etnocentrismo – pois tinham os países desenvolvidos como referência –, nesse caso, tendo a experiência europeia como topo da perspectiva e considerando que os demais países deveriam espelhar-se nela; o que se mostravam insuficiente e ineficaz quando aplicado à compreensão dos nossos problemas e indicação das soluções.

Dentre essas teorias merece destaque a *Teoria da Modernização*. Esta postulava que o desenvolvimento era caracterizado por estágios obrigatórios e sucessivos de crescimento econômico pelos quais devem passar todos os países. De acordo com tal teoria, os países desenvolvidos haviam realizado esse processo de forma endógena – ou seja, por iniciativa e recursos próprios –, enquanto os países

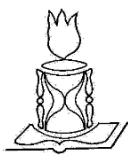


subdesenvolvidos só poderiam realizá-los de forma exógena – ou seja, estimulados pela difusão do capital, instituições e valores do Primeiro Mundo através de agências multilaterais (Arrighi, 1997; Davis, Trebilcock, 2008: 221 -222; Tanamaha, 2009: 189; Trubek, Galanter, 2007). Em outras palavras, essa teoria pressupunha que o subdesenvolvimento era um estágio obrigatório, pelo qual todos os países hoje desenvolvidos já haviam passado, e bastava que os países pobres seguissem o exemplo dos países ricos para se desenvolver, pois estando todos na mesma trilha, bastava apenas que alcançassem o mesmo estágio, já que o sentido do desenvolvimento era único.

Contudo, os avanços posteriores na historiografia econômica permitem afirmar que os pressupostos de tal teoria minimizam o papel cumprido pela exploração, pobreza, miséria e a destruição dos padrões sociais nas etapas iniciais da formação do Estado capitalista (Hobsbawn, 1977); bem como o trabalho escravo, a extração de todos os tipos de riquezas naturais, o comércio exclusivo com a metrópole, os pesados impostos, a literal proibição do desenvolvimento, o descaso, a pauperização, a corrupção, racismo, segregação etc.; necessária ao processo de acumulação capitalista dos Estados europeus na formação dos Estados nacionais e revolução industrial.

Outra das teorias econômicas presentes na época era a teoria das vantagens comparativas, que tem como precursor o economista David Ricardo. Segundo esta teoria, os países tenderiam a ser beneficiar do comércio internacional, mesmo quando um deles é muito mais competente no processo produtivo, já que haveria uma tendência de equilíbrio e transferência das riquezas entre os países nesse processo. Além disso, tal teoria, pela existência dessa tendência, defende que os países deveriam, portanto, se especializar no que fazem de melhor, aproveitando-se de suas características – geográficas, climáticas, de recursos naturais e sociais –, porque independente da atividade, pela própria dinâmica econômica, eles também seriam beneficiários do desenvolvimento global.

Por sua vez, através de análises em que coexistiam explicações das correntes do pensamento econômico clássico, marxista, keynesiano e neoclássico sobre os mecanismos de preços de mercado e crescimento, e de um rigor analítico que garantiram certa uniformidade às contribuições; a *Cepal* produziu fundamentos teóricos e orientou práticas com o objetivo de superar o atraso e alavancar o baixo



desenvolvimento dos países latino-americanos (Cardoso, 1974:55; Rodríguez, 2009:54).

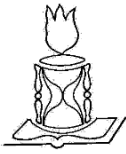
2.3. Grandes diagnósticos e contribuições do pensamento da Cepal

De forma geral, o núcleo central da teoria cepalina foi o diagnóstico de que as relações econômicas entre centro – países desenvolvidos – e a periferia – países subdesenvolvidos – tendiam a aumentar ou reproduzir as desigualdades existentes entre eles pelo papel que estes últimos cumpriam na dinâmica capitalista internacional (Prebisch, 1949). Isso ocorria porque a orientação econômica pressupunha que o progresso técnico possibilitaria distribuir a riqueza de modo equitativo no intercâmbio internacional, desde que os países aproveitassem suas vantagens comparativas através da especialização; fato que não se confirmava na análise empírica dessa dinâmica (Prebisch, 1949). O que se percebia era a apropriação dos países desenvolvidos da maior parte dos frutos do progresso técnico, por haver uma tendência ao declínio dos preços dos produtos primários em relação aos manufaturados no médio e longo prazo – formulação conhecida como *tese da deterioração dos termos* (Prebisch, 1949; Cardoso, 1974; Rodríguez, 2009; Rodríguez, 1986).

Para fazer essa avaliação, Prebisch (1949) avaliou a variação dos preços dos produtos primários e manufaturados em uma série histórica e identificou que, no longo prazo, não só havia uma tendência ao declínio dos preços dos produtos primários, mas também tais produtos tem uma demanda inelástica, enquanto os produtos industrializados, especialmente se possuídores de alta tecnologia, tem uma elasticidade maior da demanda.

Mas o que significam tais constatações e quais suas aplicações na prática?

Imaginemos a seguinte situação hipotética: o país A é especialista em produzir e exportar bananas, possuindo uma estrutura completamente agrária e uma grande quantidade de terras férteis disponíveis para o plantio; enquanto o país B é industrializado e produz e exporta telefones celulares. De acordo com a teoria das vantagens comparativas que discutimos anteriormente, o país A deveria continuar e se especializar na produção de bananas, pois se industrializar e competir com o país B seria algo extremamente custoso, já que não possui nenhum tipo de conhecimento



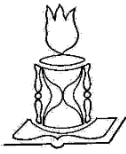
sobre a produção de telefones celulares. Por outro lado, o país B, não produzindo bananas, certamente iria buscá-las no comércio internacional.

Também de acordo com a teoria das vantagens comparativas, nesse processo de trocas entre eles, os ganhos seriam distribuídos; já que um pagará por celulares e outros por bananas. Ocorre que, por ser um produto que incorpora tecnologia, o celular possui um valor agregado muito maior do que a banana, ainda que o custo de produção da banana seja menor. Em relação à troca, a deterioração dos preços indicada por Prebisch (1949) expressa que, segundo a tendência apurada, para se comprar um celular, será preciso produzir cada vez mais bananas; o que se tornará uma crescente insustentável no longo prazo.

Além disso, mesmo que fosse possível aumentar a produção de bananas dessa forma, haveria um problema grave, já que a demanda por bananas do país B deveria crescer também na mesma proporção, fato que não ocorrerá. Isso porque, uma pessoa que consome duas bananas por dia e se sente saciada, daqui a 5 anos, muito provavelmente continuará precisando apenas de duas bananas para se sentir saciada, ao passo que se duas bananas eram suficientes para comprar um celular, pela deterioração dos preços, passado esse período, agora o custo do celular exigirá muito mais bananas. Ou seja, a deterioração dos preços gera não só uma pressão para o aumento da produção, como para o aumento da exportação; ao passo que a demanda por produtos primários não crescerá da mesma forma – tal fato é o que chamei a pouco de *demanda inelástica*.

Por outro lado, se o seu consumo é de telefones celulares, ainda que estes durem muito tempo – o que não é o caso nos dias atuais –, a cada novidade lançada nas tecnologias do celular, há uma tendência de que, independente da necessidade, você queira comprar o produto mais novo, ainda que seu celular antigo esteja funcionando bem. Este fato é o que chamei acima de *demanda elástica*. Assim, os países que produziam bens industrializados tendiam a, no longo prazo, se apropriar do excedente econômico gerado.

Além das conclusões de Prebisch acerca da dinâmica dos preços e da acumulação, outra constatação trazida pela Cepal é que a organização econômica com base na dinâmica das vantagens comparativas gerava uma estrutura dualista. Tal fato ocorria porque a parte de onde emanam as decisões, os principais avanços tecnológicos e as maiores taxas de poupança – localizada nos países ricos –, era orientada pela maximização dos lucros; enquanto a outra mantinha formas

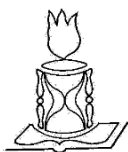


econômicas pré-capitalistas – os países pobres –, dado que os valores produzidos por suas atividades não eram incorporados às economias locais. Essas duas formas foram denominadas respectivamente de desenvolvimento e subdesenvolvimento; não constituindo etapas evolutivas, mas sim uma convivência harmônica entre estruturas modernas e arcaicas – as duas faces da mesma moeda ligadas entre si –, que expressariam um processo histórico autônomo capaz de assumir várias formas (Furtado, 1967).

Ainda enfrentando a tese das vantagens comparativas acerca das transferências de recursos, a Cepal identificou que mesmo a melhora nas condições de vida, econômicas e nas taxas de poupança e salários nos países subdesenvolvidos não representavam sua transformação estrutural e dependente representada pelo subdesenvolvimento, dado que as decisões ainda permaneciam nos países do centro. Apesar disso, tal processo promovia, de fato, algumas transformações na periferia, como uma forte tendência à urbanização (Furtado, 1967:163-166) e a convivência de setores heterogêneos, determinados pela sua função no processo produtivo – por exemplo, subsistência, manufatura, comércio exterior, etc. –, que era responsivo aos impulsos da dinâmica econômica do centro (Furtado, 1967:165; Rodriguez, 1986:11).

Os estudos produzidos pela Cepal buscaram demonstrar a necessidade de uma política específica para a periferia – baseada na industrialização, na internalização dos centros de decisão e no aumento da capacidade regulamentadora e decisória do Estado –, que permitissem consolidar estratégias de acumulação e desenvolvimento; além de contrariar frontalmente o *mainstream* econômico vigente à época, cujo pressuposto, como dito, era o automatismo das transferências dos ganhos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no comércio internacional (Cardoso, 1974).

Essas ideias e os pressupostos dela decorrentes – que pelo rigor analítico, interconexão e considerável unidade nas contribuições podem ser considerados uma verdadeira teoria econômica (Rodriguez, 1986:9) – foram os ingredientes constitutivos do pensamento intelectual da Cepal, a partir do qual outras importantes teses foram elaboradas. Uma delas – talvez a mais importante – foi a que reinterpretou esses pressupostos analíticos da Cepal em face das transformações na ordem econômica mundial, que intensificaram a complexidade das relações entre políticas públicas, capital externo e empresas estatais; sobretudo, pela nova forma



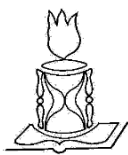
emergente à época de organização das empresas capitalistas internacionais – a empresa multinacional (Cardoso, 1974:44. Arrighi, 1997:139)⁵.

Em relação ao método, as bases teóricas consideravam dois pontos de vista centrais: os da ciência econômica e das ciências sociais, esse último, notadamente, com prevalência da sociologia (Rodríguez, 2009).

Na perspectiva da ciência econômica destacam-se os conceitos de *heterogeneidade estrutural* – a coexistência do emprego e subemprego, representados pela mão-de-obra que ocupa níveis de produtividade elevada (em geral ocupando postos nas empresas internacionais) e vastos contingentes de força de trabalho com produtividade reduzida (em geral ocupando-se de atividades informais no ambiente urbano ou de subsistência no ambiente rural) –; da *especialização estrutural* – dependência de setor primário-exportador e industrial incipiente (que, em geral, serve apenas como base as atividades do setor primário) –; e o *método histórico-estrutural* – a consideração das estruturas econômicas em um determinado contexto somente definível e perceptível historicamente e não como modelo abstrato e aplicável anacronicamente como previam outras teorias (Rodríguez, 2009: 41-48; Rodríguez, 1986).

A partir dessas matrizes o desenvolvimento econômico não é encarado a partir de uma concepção mecanicista ou reducionista, mas em uma perspectiva mais ampla, é entendido como resultado de uma interação entre fenômenos sociais e políticos das diferentes formas (Rodríguez, 2009: 41-48). Como consequência dessa perspectiva, o desenvolvimento é compreendido como resultado da dinâmica de formas estruturais dos bens e serviços e da ocupação da força de trabalho – ou seja,

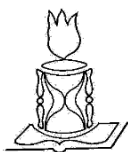
⁵ Esta reinterpretação analisou o processo de industrialização na periferia, fruto dessa nova dinâmica econômica internacional, identificando que os investimentos estrangeiros se deram, basicamente, no setor de bens de consumo duráveis, enquanto os bens de capital continuaram no centro; obrigando que o ciclo de realização do capital tivesse de completar-se em escala mundial, criando uma assimetria específica que readequava a deterioração dos termos de troca sob estes novos termos e propagando o dinamismo interno dos países periféricos para o centro, onde se mantinham os processos decisórios (Cardoso, 1974). Tal formulação e todos os seus desdobramentos ficaram conhecidos como *Teoria da Dependência*, que além de agregarem um caráter mais sociológico e político às reflexões econômicas, tinham clara inspiração marxista, considerando a história e estrutura do sistema capitalista como causas do subdesenvolvimento, criticando frontalmente os princípios da teoria da modernização (Arrighi, 1997; Cardoso, 1974; Rodríguez, 2009; Tanamaha, 2009).



como se organizam esses elementos e a dinâmica do trabalho em função deles, moldando toda a estrutura social – que, assumindo formas variadas, dão curso à sua expansão e complexificação, tanto na perspectiva global como setorial (Rodríguez, 2009: 41-48).

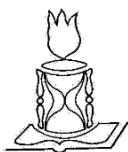
Por sua vez, vistos sob a perspectiva das ciências sociais, é possível denotar como tais formas de investigação tem na base a concatenação inter-relacionada de certas hipóteses, convergindo para a formação de um todo coerente – o chamado tecido social – baseado nos fatos da realidade e no comportamento dos participantes dessa dinâmica – empresários, trabalhadores, consumidores, grupos sociais, atores políticos, entre outros (Rodríguez, 2009: 48-52).

A capacidade de dialogar com várias correntes teóricas, o caráter nacional e regional atribuído às produções teóricas e a maturidade e consistência metodológica das reflexões cepalinas resultaram na sua incorporação deliberada e massiva nas políticas adotadas pelos governos da América-Latina, sobretudo no período entre 1950 e 1990, constituindo também uma importante posição ideológica para a organização econômica e para a disputa em torno das concepções sobre desenvolvimento; abandonando uma posição passiva em relação as teoria “do centro” e buscando a descoberta de seus próprios caminhos.



Referências

- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petropolis. Vozes. 1997.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para a psicanálise do conhecimento*. Tradução Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro. Contraponto, 1996.
- BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Desenvolvimento: Uma leitura da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BIELSCHOSKY, Ricardo. *Cinquenta anos do pensamento da Cepal – Uma resenha*. In: BIELSCHOSKY, Ricardo (org). *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Volume 2. Rio de Janeiro. Editora Record. 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A originalidade da cópia: a cepal e a ideia de desenvolvimento*. In: *As ideias e seu lugar – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Cadernos Cebrap n° 33. Petrópolis. Vozes. 1980.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Oliveira de Araújo. São Paulo. Unesp. 2004.
- DAVIS, Kevin E.; TREBILCOCK, Michael. *A relação entre direito e desenvolvimento: otimistas versus céticos*. São Paulo. Revista Direito GV. N° 5. Jan- Jun. 2009.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Cia Editora Nacional. 1967. pp. 159-178.
- HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Paz e Terra. 2009.
- LAFER, Betty Mindlin (org). *Planejamento no Brasil*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1975.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n37/37Pierucci.pdf> >. Acessado em 20/04/2014.
- PREBISCH, Raul. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. Santiago. Cepal. 1949.



RODRÍGUEZ, Octávio. *O pensamento da Cepal: síntese e crítica*. Revista Novos Estudos Cebrap, n. 16. 1986. pp. 8-28.

_____. *O estruturalismo latino-americano*. Tradução de Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2009.

TAMANHAHA, Brian Z. *As lições dos estudos sobre Direito e Desenvolvimento* (1995). Tradução de Tatiane Honório Lima. São Paulo. Revista Direito GV. N° 5. Jan - Jun. 2009.

TRUBEK, David M; GALANTER, Marc. *Acadêmicos auto-alienados: reflexões sobre a crise norte-americana da disciplina "direito e desenvolvimento" (1974)*. Tradução de José Rodrigo Rodriguez e José Rafael Zullo. São Paulo. Revista Direito GV. N° 3. Jul-Dez. 2007.

TRUBEK, David; SCHAPIRO, Mario G. *Redescobrimo o direito e desenvolvimento: experimentalismo, pragmatismo democrático e diálogo horizontal*. In SCHAPIRO, Mário G. TRUBEK, David (orgs). *Direito e desenvolvimento: um diálogo entre os Brics*. São Paulo. Saraiva. 2012.